

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/ES

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

1. Informações gerais

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Espírito Santo - CAU/ES, criado pela Lei nº 12.378 de 2010 tendo como principais atividades orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de arquitetura e urbanismo.

O CAU/ES é uma autarquia vinculada a Administração Indireta dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, cujas atividades são custeadas exclusivamente pelas próprias rendas, tendo sua estrutura e organização, estabelecidos no Regimento Geral do CAU aprovado pela Resolução CAU/BR nº 139/2017 e Regimento Interno do CAU/ES conforme deliberação nº 121 de 21 de agosto de 2018.

O Conselho está localizado na Rua Hélio Marconi, nº 58, Bento Ferreira, Vitória-ES, CEP nº 29.050-690.

Em 2018 houve a troca da gestão do Conselho, para o triênio 2018-2020. A mudança de presidente e conselheiros acarretou também em alterações na gestão, o que afetou diretamente a contabilidade, que deixou de ser realizada por uma empresa externa e passou a ser feita internamente, por um funcionário efetivo.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Gerência Administrativa e Financeira em 31 de janeiro de 2019.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), abrangendo as normas brasileiras de contabilidade aplicáveis ao setor público a NBC T 16.6 (R1) - Demonstrações Contábeis.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Entidade.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Provisões para férias de empregados/funcionários;
- Depreciações e amortizações do ativo imobilizado e intangível;
- Provisões para contingências, sempre que constituídas; e
- Provisão para devedores duvidosos, sempre que constituída;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade, sendo que os valores foram arredondados, de forma comparativa com as demonstrações contábeis do exercício anterior.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem, principalmente, o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado (*Nota 3.3*), a estimativa para perdas em função do risco de crédito de contribuintes (*Nota 3.2.1*) e a provisão para riscos trabalhistas e cíveis (*Nota 3.7*). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

3. Políticas Contábeis

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas de forma uniforme com o exercício anterior, ressaltam-se:

3.1. Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2 Créditos de anuidades

Os créditos de anuidades relativas ao exercício do balanço são reconhecidos ao início do exercício em conta específica pelo valor estimado em proposta orçamentária referente a previsão de receitas dos profissionais e empresas ativos no banco de dados do CAU/BR. Após o encerramento do exercício, o saldo não recebido é transferido para outra conta do ativo, representando créditos de anuidade de exercícios anteriores.

3.2.1 Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos

a) Implantação de política contábil em 2017 - Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/ES procedeu ao registro contábil de Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos ao encerramento do exercício

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

de 2017.

b) Base de mensuração - Média ponderada dos percentuais de recebimento de anuidades de pessoas físicas e jurídicas nos últimos três exercícios anteriores ao deste balanço, aplicada sobre o valor acumulado de créditos oriundos de anuidades não recebidas relativas aos exercícios de 2012 (ano de início das atividades do Conselho) a 2017.

c) Julgamento pela aplicação - O Conselho decidiu aplicar novamente o critério proposto pelo CAU/BR por meio da Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017, plausível à realidade do CAU/ES, considerando-se o princípio contábil do conservadorismo ou prudência ao tempo em que se utiliza o comportamento histórico de recebimentos em detrimento de estimativas de recebimentos em ações de cobrança.

3.3. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por “impairment”, quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade.

O CAU/ES segue integralmente a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, quanto aos procedimentos na aquisição, baixa e na depreciação/amortização dos seus bens patrimoniais.

A depreciação é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>	<u>Valor residual</u>
Móveis e utensílios	10	10%
Máquinas e equipamentos	10	10%
Equipamentos de processamento de dados	5	10%
Utensílios de copa e cozinha	10	10%
Sistemas de processamento de dados	5	10%
Instalações	10	10%
Equipamentos de Áudio e Video	5	10%
Flâmulas e Símbolos	5	10%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações, sempre que aplicável, são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na execução orçamentária.

Em 2018 o CAU/ES formou pela primeira vez sua Comissão de Patrimônio, a fim de realizar o levantamento patrimonial do Conselho. Após a conclusão dos trabalhos em 12/2018, foram realizadas as baixas dos bens quebrados e roubados/furtados.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

3.4 Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor de uso.

3.5. Outros ativos e passivos

Outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Outros passivos são demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com terceiros resultantes de operações. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

3.6. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.7. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Entidade possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 12.

Implantação de política contábil em 2017 - Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/ES procedeu ao registro

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

contábil de Provisões para Contingência Cíveis e Trabalhistas ao encerramento do exercício de 2018.

Base de mensuração - O CAU/ES adota a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, em consonância em as instruções contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

As contingências que compõem o passivo circulante, se aplicável, observa os critérios do estudo de possibilidade de perdas cuja elaboração é de responsabilidade da Assessoria Jurídica do Conselho.

As ações judiciais trabalhistas ou cíveis em estimativa de valor confiável e que apresentam uma situação de saída de recurso provável são tratadas como provisão no passivo circulante e/ou passivo não circulante. As ações que não possuem estimativa confiável ou que não demonstram probabilidade de saída de recursos são tratadas como passivos contingentes, integrando as notas explicativas às demonstrações contábeis.

3.8. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da Entidade.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

3.9. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

3.10. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

3.11. Demonstração das variações patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

3.12. Demonstração do fluxo de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Considerações gerais e políticas

As operações financeiras da Entidade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia previamente aprovada pela alta governança.

As estratégias de gerenciamento de riscos da Entidade e os efeitos nas demonstrações financeiras podem ser resumidos como segue:

a) Risco de Crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente associada às aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme Nota Explicativa nº 5, bem como os valores a receber (anuidades) descritos na Nota Explicativa nº 6.

O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado:

i) com relação às aplicações financeiras, os recursos estão preponderantemente aplicados em instituições financeiras de primeira linha, cujos prazos de vencimento são de curto prazo; e

ii) com relação ao contas a receber os valores estão anuidades a receber dos profissionais arquitetos e urbanistas, sendo que para o exercício da profissão as anuidades precisam estar adimplentes.

Adicionalmente, não há nenhum indicativo de redução ao valor recuperável desses ativos.

b) Risco de mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado de instrumentos financeiros e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços. Essa exposição está relevantemente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme apresentada na Nota Explicativa nº 5. O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do DI, com insignificante margem de

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

alteração.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez está associado à eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descasamento entre ativos e passivos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Entidade por meio do departamento financeiro.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Caixa	0	0
Banco conta movimento	63.459	432
Aplicações financeiras	984.781	621.196
	<u>1.048.240</u>	<u>621.628</u>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos de renda fixa emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), possuem liquidez imediata, podendo ser resgatadas a qualquer momento. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita no resultado corrente.

6. Créditos de curto prazo

	2018	2017
Créditos de anuidades do exercício	278.896	320.008
Créditos de anuidades de exercícios anteriores	378.738	183.474
(-) Provisão para devedores duvidosos	(276.571)	(400.067)
	<u>381.063</u>	<u>103.415</u>

O saldo de créditos a receber em 31/12/2018 é composto das anuidades devidas pelos profissionais e empresas inscritos no Conselho. O valor foi mensurado de acordo com os relatórios de inadimplentes nº 14 e 15, para pessoais jurídicas e físicas respectivamente, retirados do Sistema de Informação e Comunicação do CAU - SICCAU.

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/ES

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

Foram excluídos do montante os profissionais inscritos em dívida ativa, pois seus débitos constam no ativo não circulante, realizável a longo prazo.

Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
A vencer		
Vencidos:		
Até 30 dias		
De 31 a 60 dias		
De 61 a 90 dias		
De 91 a 180 dias		
A mais de 180 dias	657.634	503.482
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(276.571)	(400.067)
	<u>381.063</u>	<u>103.415</u>

O prazo final para o pagamento da anuidade do Conselho é o último dia do mês de maio. Dessa maneira, todos os valores apresentados estão vencidos a mais de 180 dias.

A provisão para perdas com devedores duvidosos foi feita através de um comparativo do comportamento do pagamento das anuidades, nos exercícios de 2015, 2016 e 2017. Após essa análise, obteve-se um percentual de redução dos valores devidos e com esses percentuais foi feita uma média aritmética, aplicada ao saldo de créditos de anuidade a receber dos exercícios anteriores.

7. Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

7.1 Adiantamento a Funcionários

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Adiantamento de Férias	8.228	34.566
	<u>8.228</u>	<u>34.566</u>

Os valores apresentados referem-se ao adiantamento de férias que só serão gozadas no próximo exercício.

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/ES

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

7.2 Impostos a recuperar

	2018	2017
ISS a recuperar	75	209
DARF 6147 a recuperar	-	53
IRRF s/ salários a recuperar	-	3.478
DARF 6175 a recuperar	-	521
	75	4.261

O CAU/ES é uma autarquia federal e, por essa condição, possui imunidade tributária. Entretanto, não se esquia das retenções e repasses de tributos previstos em lei. Dessa maneira, os valores apresentados nessa conta referem-se a pagamentos indevidos ou duplicados de impostos retidos.

Em 2018 foi feita uma tentativa de recuperar/compensar todos os valores nessa condição, o que gerou a diminuição no valor contabilizado.

7.3 Entidades Públicas Devedoras

	2018	2017
CAU/BR (Ressarcimento)	127	17
	127	17

Os valores demonstrados indicam créditos a receber do CAU/BR, oriundos de ressarcimentos realizados aos profissionais arquitetos e urbanistas. Como as receitas do CAU/ES são repassadas em 1/5 diretamente na fonte ao Conselho Federal, os ressarcimentos são pagos integralmente pelo conselho estadual e os 20% são devolvidos posteriormente pelo Federal.

7.4 Devedores da Entidade

	2018	2017
Edilson Alves Bibiano Junior - 034.573.937-02	3.248	3.248
Wiviane Lombardi Broco - 087.904.307-51	14	1.000
Hemelly Tomassi de Oliveira - 127.932.827-40	589	146
Marciolinda Boroto Pompermayer - 045.921.327-00	566	566
Tito Augusto Abreu de Carvalho - 930.905.877-34	253	41
Devedores da Entidade a Definir	8.227	8.227
Marco Antônio Cypreste Romanelli - 665.381.147-68	6	6
Patrícia Cordeiro - 004.461.807-77	5	5
Ana Lúcia Nascimento Reis - 570.671.472-04	25	25
Marcelo Rios da Rocha - 022.862.847-41	21	-
	12.954	13.265

Os saldos apresentados tratam de valores pagos pelo CAU/ES mas que serão devolvidos aos cofres posteriormente.

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/ES

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

É devida a atenção a conta definida como “Devedores da entidade a definir”, a qual trata de valores pagos erroneamente pelo Conselho e que estão sendo apurados através de processo administrativo para reconhecimento da pessoa responsável.

7.5 Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados-Consolidação

	2018	2017
Depósitos Judiciais Trabalhistas	18.473	8.960
	18.473	8.960

Os saldos apresentados tratam de valores pagos pelo CAU/ES em processos trabalhistas movidos por ex-funcionários, que ainda se encontram pendentes de julgamento final.

7.6 Outros Créditos a Receber

	2018	2017
Outros Créditos a Receber	300	313
Aluguéis a Receber	3.966	-
	4.266	313

O saldo de outros créditos a receber representa valores a serem devolvidos por alguns fornecedores em relação a retenções de impostos não realizadas, mas que foram pagas pelo CAU/ES, conforme determina a legislação.

Em 2018, o CAU/ES iniciou o contrato de sublocação de 02 salas dentro da sua sede, a fim de aproximar os profissionais das entidades de classe e fortalecer a Casa do Arquiteto.

7.7 Despesas pagas antecipadamente

	2018	2017
Prêmios de seguro predial a apropriar	1.000	-
Vale transporte a apropriar	299	-
	1.299	-

A partir de 2018 foi iniciada a contabilização das despesas pagas antecipadamente no ativo.

Os valores apresentados tratam de seguros pagos em 2018 com vigência até 2019 e vale transporte pagos a funcionários em 2018, que só serão compensados na folha de pagamento de janeiro de 2019.

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/ES

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

8. Ativo não circulante

	2018	2017
Decorrentes de anuidades de PF	85.861	160.358
Decorrentes de anuidades de PJ	24.873	33.746
	110.734	194.104

Os saldos apresentados são de créditos a longo prazo referentes a dívida ativa tributária do Conselho. Os valores representam as anuidades de profissionais e empresas que constam inscritos em dívida ativa, com processos executados na justiça ou não.

Houve uma considerável redução em 2018 pelo recebimento de alguns débitos e também pelo ajuste do saldo, retirando os valores de juros e multas, que constavam erroneamente no saldo de 2017.

9. Imobilizado

	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	
			2018	2017
Móveis e Utensílios	138.034	(60.029)	78.005	91.105
Máquinas e Equipamentos	150.402	(63.022)	87.380	103.669
Instalações	13.034	(4.817)	8.217	8.077
Utensílios de Copa e Cozinha	11.841	(5.407)	6.434	7.791
Equipamentos de Proc. de Dados	123.277	(92.442)	30.835	54.343
Flâmulas e Símbolos	504	(438)	66	156
Equipamentos de Áudio e Vídeo	7.390	(776)	6.614	-
Total	444.482	-	217.551	265.141

Em 2018 foi criado um novo grupo de ativos, denominado “equipamentos de áudio e vídeo”. Essa criação foi necessária visto que os equipamentos em questão não possuem processamento de dados e também não possuem uma vida útil de 10 anos, para serem considerados máquinas e equipamentos.

A Entidade acompanha anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizados e não foram identificadas diferenças significativas durante o ano.

A seguir apresentamos a movimentação do ativo imobilizado:

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/ES

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

Movimentação do ativo imobilizado:

Controladora	31.12.2017	Adições	Baixas	Depreciação	31.12.2018
Móveis e utensílios	139.603	1.325	(2.894)	(60.029)	78.005
Máquinas e Equipamentos	154.809	432	(4.839)	(63.022)	87.380
Instalações	11.794	1.240	(499)	(4.817)	7.718
Utensílios de Copa e Cozinha	12.340	0	0	(5.407)	6.933
Equipamentos de Proc. de Dados	127.489	0	(4.212)	(92.442)	30.835
Flâmulas e Símbolos	504	0	0	(438)	66
Equipamentos de Áudio e Vídeo	0	7.390	0	(776)	6.614
	446.539	10.387	- 12.444	- 226.931	217.551

10. Intangível

	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	
			2018	2017
Sistemas de Proc. de Dados	17.277	(11.764)	5.513	8.623
Total	17.277	- 11.764	5.513	8.623

Movimentação do Intangível:

Controladora	31.12.2017	Adições	Baixas	Amortização	31.12.2018
Sistema de Proc. de Dados	17.277	-	-	(11.764)	5.513
	17.277	-	-	(11.764)	5.513

A Entidade acompanha anualmente a vida útil do ativo intangível e não foi identificada diferença significativa durante o ano.

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/ES

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

11. Fornecedores e contas a pagar a curto prazo

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Cheques a Compensar	-	3.303
Restos a Pagar 2014	226	226
Restos a Pagar 2017	-	6.083
Restos a Pagar 2018	-	8.493
Restos a Pagar 2019	53.903	-
	<u>54.129</u>	<u>18.105</u>

Abaixo o aging list dos fornecedores em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
A vencer	54.129	-
Vencidos:		
Até 30 dias	-	11.646
De 31 a 60 dias	-	-
De 61 a 90 dias	-	-
De 91 a 180 dias	-	6.459
	<u>54.129</u>	<u>18.105</u>

Conforme determina o art. 36 da Lei 4.320 de 1964, as despesas empenhadas e não pagas até o dia 31/12/2018 foram inscritas em restos a pagar. Nessa rubrica incluem-se as despesas com folha de pagamento e pagamentos a fornecedores.

12. Provisão para riscos processuais

O Conselho é parte em determinados processos oriundos do curso normal do seu funcionamento, para os quais foram constituídas provisões baseadas na estimativa de sua assessoria jurídica. As principais informações desses processos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, estão assim representadas:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Trabalhistas	45.013	35.500
Cíveis	55.128	-
	<u>100.141</u>	<u>35.500</u>

A movimentação da provisão no exercício de 2018 está demonstrada a seguir:

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/ES

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

	2017	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização	2018
Trabalhistas	35.500	27.566	(16.453)	(1.600)		45.013
Cíveis	-	55.128				55.128
Total	35.500	82.694	-	16.453	-	100.141

a. Natureza das contingências

O CAU/ES é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a estimativa feita pelo assessor jurídico, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A Administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado.

As contingências trabalhistas referem-se a processos movidos por ex-funcionários vinculados a verbas decorrentes da relação de emprego e a vários pleitos indenizatórios.

As contingências cíveis tratam de profissionais que não tiveram seus registros aprovados tempestivamente devido a problemas das instituições de ensino junto ao MEC.

b. Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

Em 31 de dezembro de 2018 além dos valores anteriormente mencionados, não foram computados nos montantes acima aproximadamente R\$ 10.000,00 decorrentes de causas trabalhistas e cíveis, cuja avaliação dos assessores legais da Entidade aponta para uma probabilidade possível de perda, razão pela qual a Administração não registrou esse montante nas demonstrações contábeis.

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/ES

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

13. Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais

	2018	2017
Salários e encargos sociais	6.261	-
Provisão para férias e encargos sociais	105.520	102.443
IRRF a recolher	8.576	-
PIS e COFINS a recolher	-	-
Outros impostos a recolher	1.055	251
Depósitos não Identificados	2.765	2.765
Valores a Devolver	195	227
	<u>124.372</u>	<u>105.686</u>
Passivo circulante	278.641	159.291
Passivo não circulante	-	-
	<u>278.641</u>	<u>159.291</u>

O saldo apresentado em “salários e encargos sociais diversos” representa somente os valores em consignação de INSS retido sobre a folha de pagamento, visto que os valores dos salários e tributos sobre folha constam inscritos em Restos a pagar.

Os impostos a recolher também representam as consignações de retenções de tributos como ISS e impostos federais retidos na fonte.

Em 2018 houve crescimento dos deveres e obrigações constantes no passivo circulante. O aumento se deve significativamente as provisões de risco cível e também pelos restos a pagar 2019.

14. Partes relacionadas

A entidade em 31 de dezembro de 2018 não possui coligadas, controladas ou subsidiárias integrais, dessa forma, não há transações com partes relacionadas dessa natureza.

Não há qualquer remuneração ou contraprestação aos Conselheiros e Dirigentes do CAU/ES, tratando-se de cargos honoríficos, em conformidade com o artigo 40, da Lei nº 12.378/2010

No exercício de 2018 não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego e plano de aposentadoria. No período, entretanto, houveram rescisões de cargos comissionados, devido a renovação da gestão para o triênio 2018-2020.

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/ES

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

15. Despesas por natureza

<u>Classificação por natureza</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Remuneração de Pessoas	1.124.793	889.871
Benefícios a Pessoal	122.228	61.505
Uso de Material de Consumo	15.783	18.754
Serviços - Diárias	85.566	108.236
Serviços Terceiros - Pessoas Físicas	50.126	105.851
Serviços Terceiros - Pessoas Jurídicas	418.506	380.542
Depreciação e amortização	55.408	53.879
Transferências Correntes Intragovernamentais	241.897	234.765
Provisões para Perdas	206.712	254.278
Baixa de Bem	5.679	139
	<u>2.326.699</u>	<u>2.107.819</u>

Em 2018 houve um aumento das despesas com relação ao exercício anterior. Esse acréscimo é creditado principalmente ao aumento no número de empregados públicos do Conselho, que no período subiu de 9 para 13.

Apesar do aumento com as despesas de pessoal, houve uma considerável redução em despesas com diárias e despesas com serviços prestados por pessoas físicas, alcançados pela política de redução de custos da gestão em exercício.

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/ES

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

16. Resultados orçamentário, patrimonial e financeiro

<u>Resultado Patrimonial</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Varição Patrimonial Aumentativa (Receita)	2.761.580	2.265.937
(-) Variação Patrimonial Diminutiva (Despesa)	(2.326.699)	(2.107.819)
(=) Superávit Patrimonial apurado	434.881	158.118

<u>Resultado Orçamentário</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita Orçamentária Arrecadada	2.360.589	2.016.162
(-) Despesas Empenhadas	(2.042.203)	(1.800.910)
(=) Superávit Orçamentário Apurado	318.386	215.252

<u>Resultado Financeiro</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Saldo Disponível Apurado	1.048.240	621.628
(-) Passivo Financeiro	(264.147)	(159.291)
(=) Superávit Financeiro Apurado	784.093	462.338

17. Seguros

A Entidade adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2018, é assim demonstrada:

<u>Item</u>	<u>Tipo de cobertura</u>	<u>Importância segurada</u>
Instalações/Conteúdo	Quaisquer danos materiais a edificações, instalações e máquinas e equipamentos	1.000.000
		<u>1.000.000</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

18. Patrimônio Líquido

	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo
Superávits ou Déficits do Exercícios	158.118	2.484.816	2.761.579	434.881
Superávits ou Déficits de Exerc. Anteriores	1.089.044	152.160	158.118	1.095.002
Ajustes de Exercícios Anteriores	152.160	-	152.160	-
TOTAL	1.399.322	2.636.976	3.071.857	1.529.883

No início do exercício de 2018 foi feita a transferência do saldo de superávit apurado em 2017 para a conta de superávit de exercícios anteriores, assim também como a compensação dos ajustes realizados em 2017 com a mesma conta.

Em 2018 o superávit patrimonial apurado foi de R\$ 434.881 e não foram realizados ajustes.

19. Relacionamento com os auditores independentes

A contratação dos auditores independentes deu-se pelo CAU/BR, órgão central de controle dos CAU/UF, não sendo contratados outros serviços ao não ser os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis.